

**Psicanálise e saberes não hegemônicos: clínica de
multidões de minorias a partir de escutas situadas¹**

Lorena Lopes de Freitas Dias²

Evandro de Quadros Cherer³

Resumo

Decorrente da importância de um espaço de escuta e terapêutico que não seja violento e segregador, objetiva-se empreender encontros e diálogos teóricos com uma prática clínica implicada na e perpassada pela interseccionalidade a partir da articulação entre psicanálise e saberes não hegemônicos, tais como os decoloniais, *queer* e feministas. Para tanto, desenvolveu-se uma proposta teórica que considerou a posição do psicanalista em seu trabalho de escuta de identidades socialmente subalternizadas. Parte-se do pressuposto de que uma prática clínica no âmbito da saúde mental deve assumir os marcadores sociais de gênero, raça, classe, entre outros, no que tange à interlocução do campo com a perspectiva interseccional. Dessa forma, o artigo contribui para o campo psicanalítico ao articular a escuta clínica e os saberes não hegemônicos como proposta para sustentar uma escuta ético-política que permite à psicanálise situar-se em relação às dimensões sociais do sofrimento psíquico. Ademais, conclui-se que a articulação entre psicanálise e saberes não hegemônicos pode ser uma saída para posicionar-se a partir de uma escuta situada, especialmente no trabalho clínico com multidões de minorias, pois tal articulação pode vir a auxiliar a compreender os respectivos contextos sociais causadores de sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Escuta psicanalítica. Interseccionalidade. Psicanálise. Saúde mental. Sofrimento social.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

2 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Mato Grosso, Brasil). Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5822-0567> E-mail: lorenalopes.psico@gmail.com

3 Psicanalista. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsí) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Mato Grosso, Brasil). Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1511-5970> E-mail: evandro.cherer@ufpr.br

Introdução

No âmbito da saúde mental, a compreensão das vulnerabilidades sociais que afetam determinadas populações, bem como análises sociopolíticas, permite um aporte clínico que privilegia o lugar particular que cada sujeito ocupa no mundo. Um fazer clínico que propõe uma escuta implicada é aquele que admite recortes da realidade e abarca manifestações de um grupo, de uma região, de uma classe social, gênero ou outros, compreendendo narrativas que afetam o sujeito (David & Silva, 2018). Esse posicionamento ético perpassa pela interdisciplinaridade de saberes, de modo a habilitar o profissional na construção de novos modos de escutar, compreender e intervir, garantindo que as especificidades desses sofrimentos sejam de fato ouvidas.

Compreende-se que todos, independentemente de classe social, raça ou gênero, estão expostos aos mais diversos tipos de sofrimentos. Todavia, faz-se importante entender que determinados grupos sociais estão mais suscetíveis a vulnerabilidades e de que forma isso impacta diretamente no acesso desigual a serviços de saúde (Azevedo *et al.*, 2020). Considerando isso, entende-se que a produção de sofrimento também pode ser social, na medida em que expressões de violência, de gênero, raça, classe, entre outras, corroboram a construção de subalternidades (Dias & Silva, 2018). Assim, atentar-se para as particularidades de sofrimentos sociopolíticos, entendido como o sofrimento oriundo de desigualdades sociais (Rosa, 2022), é fundamental para promover espaços que acolham e propiciem a elaboração das angústias causadas por violências, permitindo um enfrentamento psíquico e político de lugares de subalternização.

É nesse cenário que se faz imprescindível a prática de profissionais de saúde mental, particularmente psicólogos e psicanalistas, a partir de uma escuta perpassada pela perspectiva interseccional, chamada de escuta situada. Desse ponto de vista, corrobora-se o pensamento de que ao “propor intervenções referenciadas na interseccionalidade, o psicoterapeuta desafia as relações assimétricas de poder, às quais pessoas de identidades não-brancas, LGBTQIA+, mulheres, entre outras, estão sujeitas” (Missiatto & Monteiro, 2022, p. 25). Portanto, objetiva-se empreender encontros e diálogos teóricos entre uma prática clínica de saúde mental implicada na e perpassada pela interseccionalidade.

Para tanto, desenvolveu-se uma proposta teórica que considerou a posição do psicanalista em seu trabalho de escuta de identidades socialmente subalternizadas, pensando a escuta implicada no diálogo com saberes não hegemônicos (decoloniais, *queer*, feministas). Trata-se de um estudo teórico-reflexivo que articula a análise de pontos da psicanálise com os saberes não hegemônicos, apresentando criticamente a produção teórica desses campos e trazendo perspectivas de autores para a prática clínica em saúde mental a partir de uma perspectiva interseccional. Assim, o desenvolvimento do estudo priorizou o diálogo entre diferentes saberes e a reflexão sobre as implicações ético-políticas da escuta psicanalítica, buscando fundamentar uma proposta teórico-clínica que considere os marcadores sociais de gênero, raça e classe na compreensão do sofrimento psíquico.

O percurso do estudo inicia-se pela apresentação de críticas feministas e interseccionais às concepções universais de sujeito, tendo como base autoras como Lugones (2020), Nogueira

(2017) e Oyěwùmí (2004), situando a discussão sobre as identidades a partir de perspectivas plurais. Em seguida, são abordados os diálogos e tensionamentos entre a psicanálise e os saberes decoloniais, *queer* e feministas, localizando a perspectiva da clínica de multidões de minorias elaborada por Cunha (2022). Por fim, discutem-se os desafios para a construção de uma escuta situada (Rosa, 2013) no campo da saúde mental, destacando a necessidade de um posicionamento ético-político do psicanalista diante das novas configurações sociais.

Feminismos: entre tensionamentos e questionamentos

As críticas feministas à ciência datam dos anos 1970, com início das reivindicações relativas à subalternização e opressão das mulheres, bem como críticas à instituição familiar. A partir da segunda onda feminista, iniciaram-se as contestações do movimento quanto aos moldes científicos, especificamente com denúncias da problemática da generalização da masculinidade como o universal na construção dos saberes (Nogueira, 2017). Todavia, na história do surgimento do feminismo, a noção de sujeito universal branco tinha identificação direta com a figura da mulher como sujeito político, de modo que o movimento também sofreu influências do contexto do patriarcado-heterocolonial.

Dessa maneira, no feminismo liberal da primeira onda, as pautas remetiam ao sufrágio feminino, direitos reprodutivos e igualdade salarial, de forma que não eram incluídas na agenda as particularidades das reivindicações das mulheres negras. Assim, os movimentos seguintes passaram a questionar a sororidade preconizada pela primeira onda feminista, uma vez que esta só reconhecia como sujeito político “a mulher”, isto é, as mulheres brancas. Nesse cenário, evidencia-se a prevalência da noção de sujeito universal branco como categoria homogênea no feminismo, da qual se partia do pressuposto de que todas as mulheres compartilhavam as mesmas vivências de subordinação (Nogueira, 2017). Entretanto, nesse meio tempo, as experiências das mulheres negras foram silenciadas.

Com isso, pode-se considerar que mesmo o feminismo, ainda que inicialmente, manteve estruturas de poder, a saber, a hierarquia racial. Trata-se de desvelar que com os anos de exploração, escravização e colonização de pessoas negras, benefícios econômicos e privilégios sociais também foram desfrutados pelas mulheres brancas. Para exemplificar, enquanto as mulheres brancas reivindicavam o trabalho como fator emancipador, as mulheres negras já trabalhavam há muito tempo e em condições de exploração por causa da herança escravocrata.

Nesse contexto, apesar de as mulheres brancas adentrarem depois das mulheres negras no mercado de trabalho, elas passaram a ganhar melhores salários e a ter melhores condições trabalhistas. Assim, percebe-se que a defendida universalidade de experiências da categoria “mulher” no feminismo liberal foi uma invenção das liberacionistas brancas, com o intuito de promover a manutenção da hierarquia racial que lhes assegurava posição de privilégio em relação às mulheres negras (hooks, 2020). Desse modo, foi só a partir da visibilidade do feminismo negro que se iniciou o rompimento com a visão universal de sujeito político mulher.

O discurso da feminista Sojourner Truth, ativista estadunidense, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, em inglês “*Ain’t I a Woman?*”, traduzido no Brasil como “E eu não sou uma mulher?”, foi proferido em Ohio no ano de 1851, na Convenção Nacional de

Mulheres, representando a fala de uma das primeiras feministas a chamar a atenção para as reivindicações das mulheres negras na agenda feminista.

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregalou a manga direita da camisa)... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me — e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também — e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravidão e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu — e não sou eu uma mulher? (Truth, 1851/2014).

Como no início do feminismo as discussões acerca das experiências das mulheres negras quanto à opressão sexista eram muito escassas e invisibilizadas, não houve compromisso em complexificar o debate relacionado às múltiplas intersecções envolvidas. Ainda, a agenda feminista branca estava demasiadamente preocupada com a disparidade econômica entre homens brancos e mulheres brancas, de forma que as feministas liberais não reconheceram como homens pobres e/ou negros tinham a mesma capacidade de violentar e oprimir mulheres que os outros homens (hooks, 2020). Desse modo, muitas intersecções eram ignoradas, como o fato de que não era reconhecido o racismo ao qual o homem negro estava sujeito no campo social, ao mesmo tempo em que também esses homens estavam em posição de opressores sexistas.

É nesse sentido que o feminismo negro visa denunciar ilusórias concepções de totalidade, uma vez que esse movimento tem historicamente se pautado em experiências de mulheres cis, brancas e heterossexuais, enquanto agenciam o policiamento de outros corpos que destoam desse padrão (Santiago & Faria, 2021). Tal policiamento dos corpos se dá a partir da reprodução de epistemologias, por meio de discursos regulatórios em que:

O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes (Bilge & Collins, 2020, p. 22).

Nesse contexto, as críticas do feminismo negro deram origem à teoria interseccional, definida como a intersecção entre dois ou mais eixos de opressão em que se busca compreender como o racismo, o sexismo, a opressão de classe, entre outros marcadores, produzem subordinações (Crenshaw, 2002). Nessa perspectiva, o cisheteropatriarcado colonial é um mecanismo reprodutor de violências, de modo que compreender essas relações de poder perpassa por uma análise interseccional de quais discursos são visibilizados e quais são negados a partir de separatismos identitários. É nesse sentido que se faz essencial descolonizar noções hegemônicas (Akotirene, 2019).

A ênfase no olhar multidimensional para as vivências de opressão e constituição da identidade permite compreendê-la como interseccional, de modo que pensar a construção do gênero é pensar no seu entrelaçamento com raça, classe, orientação sexual, localidade, entre outros marcadores identitários. Desse modo, é inconcebível compreender as identidades baseando-se em categorias isoladas, correndo o risco de cair em generalizações, pois as análises

que se pretendem multidimensionais se opõem a noções de naturalidade das identidades, de forma que se constituem preocupadas com as particularidades locais e históricas. Ainda, para além da categoria de semelhança entre sexismo e racismo, também é importante estabelecer as relações de diferenças, acoplamentos, cruzamentos e entrelaçamentos/intersecções (Nogueira, 2017).

Com isso, considera-se que a compreensão das relações entre esses dois termos se dará de modo mais multidimensional, posto que só semelhanças e diferenças não dão conta da complexidade do assunto, posto que não partem dos mesmos princípios (Kerner & Tavolari, 2012). Com relação a tais especificidades, a autora Oyěwùmí (2004), antropóloga e socióloga nigeriana, a partir de suas pesquisas sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, discute a questão do gênero na perspectiva da colonialidade. Segundo ela, essa categoria não existia nessa sociedade antes da colonização ocidental, uma vez que a sociedade se organizava a partir das categorias de parentesco e idades cronológicas, valorizando a antiguidade em um processo dinâmico, ao contrário da categoria de gênero, que é estática.

Nesse sentido, a autora tece críticas, alicerçada na perspectiva africana, ao feminismo ocidental e suas análises de comunidades tradicionais, por partirem de categorias criadas no ocidente e replicadas nas comunidades não ocidentais. Com efeito, quando essas análises são empreendidas buscando interpretar sociedades africanas a partir de um olhar ocidental, “o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (Oyěwùmí, 2004, p. 8). Segundo ela, na realidade africana, o corpo não é interpretado como uma forma de classificação social. Assim, nesse contexto social, não há relações de naturalidade, sejam biológicas, sejam ideológicas.

Com isso, ressalta-se a importância de empreender análises sempre situadas culturalmente, pois as relações de sentido produzidas devem partir do lugar que se estuda. A transposição de categorias fixas de análise, nesse sentido, pode vir a reproduzir violências epistêmicas e coloniais (Oyěwùmí, 2004). Por conseguinte, entende-se que gênero é uma categoria construída socialmente e pertencente a determinados contextos culturais e políticos que não podem ser universalizados. Para tanto, empreender leituras em diálogo com outros saberes seria fundamental. Em diálogo com Oyěwùmí (2004), Lugones (2020) argumenta que a criação e imposição social dos termos raça e gênero tiveram impactos nas sociedades não ocidentais, de modo que os homens da sociedade Iorubá se tornaram cúmplices do sistema opressor de gênero.

Nessa perspectiva, gênero pode ser entendido como uma “construção capitalista eurocêntrica e colonial” (Lugones, 2020, p. 74), sendo assim, historicamente construído. Destarte, não se trata de uma essência *a priori* dos corpos, mas dos efeitos produzidos nestes, os comportamentos e as relações sociais, bem como os processos de várias tecnologias sociais, tais quais o cinema, os discursos, epistemologias, práticas institucionalizadas e práticas da vida cotidiana (Lauretis, 1987). Ou seja, gênero é uma representação construída na mídia, nas escolas, na família, na comunidade intelectual, em práticas artísticas, entre outros aparelhos ideológicos do Estado.

Pensando nisso, entende-se necessário instituir gênero como uma categoria de análise, no sentido de compreendê-lo como uma categoria analítica que inclui narrativas

outrora oprimidas, entendendo que as desigualdades de poder estão interseccionadas entre, no mínimo, três eixos: gênero, raça e classe (Scott, 1995). Tais eixos, considerados pelo viés da interseccionalidade, referem-se a marcadores sociais que atuam como pontos de atravessamento dos sujeitos, como redes interconectadas de vulnerabilização social (Akotirene, 2019).

A organização social, racial e de gênero se dá em uma perspectiva histórica que, atrelada ao sistema moderno colonial capitalista e do patriarcado heterossexual, cria efeitos de um ordenamento social em que “mulheres, mulheres transexuais, homens LGBTQIA+ de cor e pobres foram tornados no substrato da sociedade moderna e passaram a possuir vidas delimitadas pelas fronteiras ontológicas da inumanidade” (Missiatto & Monteiro, 2022, p. 25).

Nesse contexto, fica evidente as múltiplas intersecções dos eixos de opressão que fabricam as desigualdades, sendo necessário um olhar atento para diferenciar os modos como essas opressões ocorrem. Desse modo, é importante que os espaços de escuta, acolhimento e contextos terapêuticos também considerem tais marcadores interseccionados nas especificidades que eles acarretam nas identidades, cuja compreensão abarca visibilizar essas violências para atribuir dignidade a esses sujeitos.

Psicanálise e saberes não hegemônicos: diálogos e embates

No âmbito clínico, assim como nos demais contextos, é preponderante o questionamento acerca do sujeito universal. Com a noção de universalidade, há um apagamento das especificidades de gênero, raça, classe, orientação sexual, capacidade física, nacionalidade, entre outros, bem como suas múltiplas intersecções na mesma pessoa. Há, portanto, uma desconsideração do pertencimento social, impactando na constituição de sujeitos em suas dimensões políticas e subjetivas. Para tanto, neste estudo, essa noção tem sido problematizada a fim de propor um posicionamento **ético-político** que, efetivamente, escute vozes socialmente subalternizadas.

Particularmente, na especificidade do âmbito clínico, considera-se a importância de uma escuta advertida das experiências situadas de populações em sofrimento mental oriundas de contextos de desigualdades sociais. Isso se justifica pela via dos dados alarmantes desses grupos no tocante à saúde mental. Com relação às mulheres negras, o recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) mostrou que as mulheres pretas e pardas são as que representam menor porcentagem de frequência escolar, estão mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado do que as mulheres brancas e sofrem mais com violência psicológica, física ou sexual. Concomitante a isso, percebe-se um alto índice de sofrimento psíquico devido a esses fatores sociodemográficos (Araújo et al., 2005) e do estigma social oriundo do racismo e sexismo:

De fato, estar exposta a uma maior frequência de discriminação racial de gênero afeta negativamente a autoestima de mulheres negras. Pode-se compreender essa redução na autoestima em função desse conceito estar relacionado a forma como os outros nos veem, assim, pessoas que têm características desvalorizadas socialmente tenderiam a internalizar parcialmente essas opiniões, de forma que apresentariam uma autoestima mais baixa do que indivíduos pertencentes a grupos mais valorizados (Martins et al., 2020, p. 2799).

Diante desses aspectos, é fundamental que profissionais atuantes na promoção de saúde mental a essas populações no Brasil estejam implicados em seu trabalho por tais marcadores sociais. Assim, a importante tarefa é considerar as interseccionalidades de gênero, raça, sexualidades, classe, entre outras, como compromisso ético na escuta de corpos subalternizados. Para tal, parte-se do pressuposto de que isso é possível a partir de uma clínica psicológica e psicanalítica que estabeleça encontros teóricos com saberes não hegemônicos, como feminismos interseccionais, decoloniais e *queer*.

Nesse sentido, no Brasil, a psicanálise vive um movimento novo em que são lançadas críticas ao campo com relação a ser ou não uma ciência, além das críticas acerca da reprodução de discursos patologizantes dos sujeitos (Ambra, 2016). Esse cenário demonstra que o campo psicanalítico, entendido como produtor de sistemas de pensamento que participam da contrução de saberes sobre corpo, gênero, sexualidade e tudo que envolve as subjetividades (Lima, 2023), vem sendo abalado a partir de críticas advindas de outros saberes.

No que diz respeito à interlocução entre a psicanálise e as teorias feministas, um olhar mais crítico àquela surgiu com a expansão dos movimentos feministas e seus efeitos, como a criação da pílula anticoncepcional, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, novas configurações familiares e conjugais, o surgimento das teorias *queers* e decoloniais, o movimento LGBTQIAP+, entre outros. É a partir desse cenário que foram se solidificando novas concepções sociais e políticas, afetando a construção de epistemologias e consequentemente a psicanálise (Caffé, 2022).

Percebe-se que a relação entre psicanálise e teorias feministas é permeada por momentos de acordos e desacordos, de maneira que é a partir do enlace da clínica e da política que tais campos empreendem seus diálogos e embates, construindo saberes acerca do corpo e das subjetividades (Guedes *et al.*, 2023). Compreende-se, assim, ser fundamental buscar formas de se aliar ao processo de abertura para reconfigurações teóricas, práticas, subjetivas, clínicas e políticas, viáveis por meio da interdisciplinaridade entre psicanálise e outros saberes.

Partindo disso, percebe-se como a psicanálise, “quando desarticulada do discurso hegemônico, se apresenta como um ato de rebeldia, pois busca rasgar os valores morais instituídos, buscando novos modos de construção do saber, que muitas vezes se encontram no abismo social” (Lima, 2023, p. 7). Essa dialética é possível com as demandas surgidas desses outros saberes, os quais questionam a atualidade de pressupostos teóricos dos campos de saúde a reverem sua prática teórica e clínica. Um posicionamento crítico e exame dos limites dos constructos e o revisionamento de paradigmas permitem à psicanálise maior interlocução com saberes não hegemônicos (Guedes *et al.*, 2023).

Considerando as críticas advindas dos estudos de gênero e *queer*, no tocante ao tema da transgeneridade, como pode ser possível pensar em uma escuta psicanalítica situada, ou seja, atenta à multiplicidade e à diversidade? Segundo Ayouch (2015), uma possibilidade estaria na crítica e, por conseguinte, no total abandono de qualquer noção patologizante associada a essa temática. Para o autor, a escuta analítica seria voltada, dizendo de modo geral, a direcionar os sujeitos a “se subjetivar, se desalienar, e se situar no próprio desejo: visando oferecer um acompanhamento para o sujeito pensar seu percurso individual além do determinismo das repetições subjetivas e das prescrições sociais” (p. 30).

Nesse contexto, a abordagem patologizante das transidentidades se mostra como um discurso socialmente naturalizado que preconiza construções sociais instituídas no contexto eurocêntrico, como se fossem essências da natureza humana. Tais discursos são produzidos a partir do saber hegemônico, no qual o padrão referencial é patriarcal e cisheteronormativo (Lima, 2023). De outro ponto de vista, a noção lacaniana de inconsciente como um discurso do Outro e que aliena o sujeito permite compreender como alguns discursos sociais podem exercer impactos nos sujeitos, quando se trata de um “discurso social e político, carregado de interesses e sede de poder, que se traveste de discurso do Outro, para capturar o sujeito em suas malhas, seja na constituição subjetiva, seja nas circunstâncias que promovem certa destituição subjetiva” (Rosa, 2013, p. 35).

Essa mudança de compreensão de um fenômeno que antes era visto como uma essência humana e passa a ser entendido como produzido socioculturalmente é chamada de subversão epistêmica (Lima, 2023) e só foi possível a partir de críticas advindas dos saberes não hegemônicos. Diante disso, recorre-se à crítica de Preciado (2022), no que tange à urgência do posicionamento dos psicanalistas a se haverem nesse jogo clínico e discursivo, subvertendo a escuta tradicional e hegemônica quando se refere à abordagem de subjetividades trans e convoca a uma clínica que acolha as multidões de minorias: “é hora de sair dos divãs para as praças e de coletivizar a palavra, politizar os corpos, desbinarizar a sexualidade e descolonizar o inconsciente” (Preciado, 2022, pp. 86-87).

Corpos trans são alvos de violência constantemente. O *Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023* (Benevides, 2024) apresentou os impactos disso, como o aumento de suicídios e assassinatos, em que as múltiplas interseccções de gênero, orientação sexual, raça e etnia podem produzir agravos nas experiências de violação de direitos e acarretar diferentes níveis de sofrimento. Nesse ensejo, corrobora-se o pensamento de uma clínica de multidão de minorias, entendida como um “campo de experimentação ética onde novas formas de existência, singulares e contingentes, sejam produzidas e/ou legitimadas” (Cunha, 2022, p. 166). No panorama de saúde mental, isso significa criar possibilidades de escutas não normatizantes, significa desobstruir a escuta clínica e permitir que pessoas em posições subalternizadas possam falar e serem ouvidas.

Ainda, preconizar uma clínica de multidão de minorias significa a admissão das múltiplas singularidades que buscam reconhecimento na sua diferença. Afinal, historicamente as políticas de reivindicação de direitos se solidificaram a partir das minorias que, ao agregar entre si questões em comum de subordinação, constituíram uma multidão. Nesse sentido, essas multidões carecem de uma escuta que se situe nesse debate a partir da escuta ético-política, considerando suas particularidades e contribuindo para visibilizar aquilo que já está farto de ser invisível (Coutinho, 2022).

Com isso, os grupos minoritários têm encontrado resistência formando multidões e pela via da multiplicação da diferença, para que, quem sabe juntos, possam ter suas vozes finalmente escutadas. Assim, as multidões de minorias são marcadas por suas múltiplas diferenças e semelhanças, convocando uma escuta clínico-política que considere suas singularidades (Maciel Júnior, 2022). No que se refere às questões raciais, a perspectiva interseccional, quando aliada à psicanálise, proporciona ferramentas para compreender como

as identidades subalternizadas se constituem socialmente a partir dos eixos de opressão advindos da sociedade colonial (Akotirene, 2019).

Entende-se o termo colonialidade pelo viés de Lugones (2020), que o define como um fenômeno que “atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (p. 63). Destarte, compreende-se que todo controle e desumanização exercidos sobre os corpos nesses níveis são perpassados pela colonialidade na produção de identidades subalternas, um processo que, longe de ser um mero efeito, é politicamente estratégico (Missiatto & Missiatto, 2022).

Na modernidade, mais especificamente no século XIX, foi por influência do capitalismo que se deu a construção do termo “raça”, configurando um cenário alicerçado em disparidades nas condições sociais, simbólicas, culturais e econômicas de diferentes comunidades, de modo que um grupo racial ocupa lugares de subalternidade e o outro ocupa lugares de privilégio (Almeida, 2018). Isso ilustra como cada comunidade terá uma experiência sociocultural muito singular, que configurará em constituições subjetivas particulares.

Nesse sentido, a partir da dimensão do corpo para a psicanálise, pode-se pensar a experiência simbólica e imaginária vivida pelo corpo negro. A psicanálise compreende o corpo simbólico como a elaboração significativa realizada por meio da apreensão de uma parte da imagem de si, enquanto o corpo imaginário é uma imagem total de si, configurada com o reconhecimento do outro (Nogueira, 2021). Partindo disso, tais dimensões contribuem para compreender psiquicamente a condição subjetiva que constitui as identidades negras tendo como base vivências em contextos racistas.

Para isso, é necessário considerar a herança escravagista que produziu ativamente condições de subalternidade para a população negra, tanto socioeconomicamente quanto simbólica e imaginariamente. Tal ideologia racial criou uma falsa noção de universalidade e humanidade para a branquitude, enquanto o signo “negro” passou a representar significados de inferioridade, alicerçados em teorias que representavam condições sociais inferiores causadas por fenômenos naturais e biológicos.

Com efeito, esse processo de desumanização da população negra criou um ideal de brancura que se explica a partir dos efeitos psíquicos de processos racistas operados pela população branca. Assim, o “sentimento de humanidade e pertencimento fica abalado quando muitos negros rejeitam sua conformação física e se tornam desejantes de características físicas que os aproximem ‘do branco’, que os ‘humanizem’” (Nogueira, 2021, p. 117). Nessa perspectiva, entende-se que estar exposto a uma ideologia, criada e imposta pela branquitude, traduz efeitos de que, na constituição das subjetividades, o Ideal de Ego é branco. Isso significa dizer que simbólica e culturalmente a brancura é o que se pretende atingir, em traços e aspectos que serão singularmente perpassados pelo discurso e significantes que operam em cada um (Souza, 1983).

Corroborando esses aspectos, entende-se que atribuir características negativas a pessoas negras inaugura um processo de rejeição de si e um desejo de ter características “brancas” que são vistas socialmente como positivas e via de acesso ao mundo (Corsino & Cordeiro, 2023). Desse modo, evidencia-se como a imagem do corpo participa da constituição

psíquica dos sujeitos e, nesse caso em específico, como a relação que uma pessoa negra cria com seu corpo é bem diferente da relação de uma pessoa branca, haja vista as marcas que o racismo efetua nessas identidades.

Por conseguinte, a garantia dos direitos à humanidade e dignidade dessas identidades se inicia com a aceitação do seu corpo físico, visto que a opressão e alienação das identidades negras foram afetadas em seu exterior, na sua aparência, que sempre foi o primeiro alvo do racismo. Assim, esse resgate se torna possível com a reconstrução positiva acerca das identidades negras, desvendando as riquezas das origens culturais e de tudo o que constitui suas subjetividades. Com isso, torna-se possível negar a supremacia colonizadora e, por meio do retorno às raízes, almejar uma reconquista e afirmação de si (Munanga, 2019), construindo, assim, um importante mecanismo de resistência contra formas coloniais de disciplinamento e controle dos corpos (Mbembe, 2018).

Esse panorama permite compreender a construção ideológica do lugar de subalternidade delegado à mulher negra (Spivak, 2010) e demarca como a produção colonial fez e faz parte da construção dessa posição social. Isso traz em pauta o questionamento se ao subalterno é dado o direito de fala, uma vez que a mulher negra em posição subalternizada continua socialmente tão silenciada como sempre esteve. Considerando esses elementos no campo da saúde mental, questiona-se se há espaços de escuta para que os subalternizados consigam efetivamente falar, de modo que esse silenciamento ganhe expressão em uma proposta clínica de multidões de minorias.

Para tanto, é preciso produzir espaços de resistências, ou seja, faz-se necessário um constante exercício de escutas situadas dessas falas, para que haja um reposicionamento dessas figuras no espaço social, de maneira que o subalterno possa falar e, ao falar, deslocar-se de posição. Posto isso, questiona-se: Como escutar esses sofrimentos lançando mão de manejos alicerçados de um conhecimento tradicional, produzido a partir da lógica colonial cisheteropatriarcal? Não seria isso prolongar mais violências sobre corpos que são sistematicamente violentados desde a estrutura da organização social?

A partir disso, configura-se inegociável o diálogo com outros saberes para se produzir, de fato, uma escuta possível de acolher todas essas experiências traumáticas. Isso diz respeito a considerar as singularidades de cada experiência e os efeitos psíquicos que as violências podem causar, pois quando a

. . . violência exercida através do preconceito racial é percebida e denotada pelo profissional de saúde, o sujeito violentado se sente acolhido em seu sofrimento. Nesse contexto, as equipes de saúde mental desenvolvem escuta qualificada e intervenções psicossociais, que podem colaborar para um processo de resignificação. O usuário, por sua vez, pode se posicionar subjetivamente como protagonista, processo que colabora para a promoção de uma identidade negra positiva (David & Silva, 2018, p. 243).

Portanto, compreende-se a relevância de visibilizar saberes oprimidos que vivem à margem da sociedade, escondidos onde a ciência convencional não se aproxima (Lima, 2023). Com isso, ao transgredir discursos hegemônicos e atuar no reconhecimento coletivo de uma prática clínica que opere a partir de uma nova ética, a psicanálise consolida um ato de rebeldia e dialoga com marcadores interseccionais.

Escutas ético-políticas em saúde mental

O saber psicológico é um referencial para vários setores de saúde e políticas públicas, tanto como produtor de subsídios teórico-práticos quanto de imaginário social por meio de discursos. Assim, psicólogos e psicanalistas participam de importantes trocas de saberes, que os convocam a uma práxis responsável e que contribua para a atribuição de dignidade a grupos subalternizados socialmente, uma vez que as condições sociais colocam estes em situações de vulnerabilidade. Quando se trata do trabalho de escuta clínica, é muito relevante que esses profissionais estejam atentos às particularidades de sofrimentos que são de origem sociopolítica.

Pensar um espaço terapêutico e de escuta que não seja violento e segregador, considerando as intersecções de raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outros, consiste em uma transformação ética e política da escuta dos profissionais de saúde mental. Afinal, o lugar em que cada um se localiza e localiza sua escuta, dirá das leituras e efeitos interpretativos dos fenômenos (Gonzales, 1984). Nesse cenário, propõe-se como possibilidade a escuta a partir da perspectiva psicanalítica clínico-política, que se caracteriza por considerar o

. . . destaque à alienação do sujeito aos discursos hegemônicos, de modo a visar ao avesso dos mecanismos de individualização, criminalização e patologização por eles produzidos. Propõe-se a sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos de classe, de raça ou de gênero, presentes nesses mecanismos, que se efetivam de vários modos, inclusive através de práticas ditas científicas, que desvinculam os acontecimentos da história pessoal, familiar, institucional, social e política dos implicados na cena (Rosa, 2013, p. 31).

Por conseguinte, a escuta situada é entendida como uma prática profissional implicada, o que significa dizer que ela considera as articulações dos discursos sociais na constituição dos sujeitos e atua a partir de intervenções no discurso, de modo a (re)historicizar o campo simbólico e imaginário social, político e subjetivo. Nesse sentido, o trabalho analítico consiste em possibilitar, com os sujeitos, condições para restituição de “um campo mínimo de significantes que possam circular . . . permitindo ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência, articulando um apelo que o retire do silenciamento” (Rosa, 2013, p. 37). Isso permite tanto a reconstituição da imagem de si desse sujeito quanto a reorganização de um espaço para si no mundo.

Todavia, pensar a prática profissional nesses moldes, em psicanálise, requer desfazer certos nós teóricos e visibilizá-la para além do consultório (Coelho & Santos, 2012). Um desafio é encontrado quando se fala de psicanálise em diálogo com as disciplinas afins, uma vez que, por vezes, os profissionais que o fazem são apontados de sociologizar a psicanálise, instaurando uma divisão indivíduo-sociedade. Contudo, o próprio Freud (1930/2010) recusou tal divisão. Assim, entende-se que o mal-estar advindo da cultura está presente em instituições que deveriam promover proteção e bem-estar, entretanto têm atuado em modificações psíquicas adoecedoras dos sujeitos (Rosa, 2004).

Corroborando isso, Lacan (1967/2003) apresentou uma distinção da psicanálise como intensão e extensão: “psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão,

ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (p. 251). Nessa perspectiva, compreende-se que a partir de uma psicanálise em extensão é possível empreender diálogos teóricos do campo com outros saberes, a fim de promover uma prática clínica implicada e perpassada pela interseccionalidade.

Nesse sentido, é possível pensar a partir da psicanálise em extensão, com questões que perpassam social e politicamente os sujeitos, para além da situação clínica (Rosa, 2004). Sendo assim, amplia-se a teoria para conceber conceitos e paradigmas teóricos em um processo de transformação, bem como em transdisciplinaridade com outras construções teóricas (Eizirik, 2006). Isso traduz a recusa de uma posição de neutralidade, constructo de origem colonial que implica a falsa ideia de imparcialidade, a partir de uma noção de humanidade muito específica e excludente (Missiatto & Missiatto, 2022).

Com isso, implicar-se teórico-clinicamente perpassa o reconhecimento de que o psicólogo e o psicanalista não pratiquem uma escuta neutra e descontextualizada, mas sim situada a partir de releituras dos textos, possibilitadas pela interdisciplinaridade. Ou seja, ele é um leitor que participa desses constructos, pois, segundo Lacan (1964/1988), “todos estamos . . . numa relação com a realidade do inconsciente [entendido como os efeitos da fala sobre o sujeito] que nossa intervenção não somente traz à luz, mas que, até um certo ponto, engendra” (p. 143).

Acerca disso é possível considerar o conceito de (des)leitura como a prática de reler textos sob uma nova óptica, proporcionando um distinto prisma, rearticulando os conceitos e, conseqüentemente, reformulando todo um campo (Goldenberg, 2018). Baseando-se nisso, compreende-se que desler pode implicar diversos caminhos teóricos, de modo que cada decisão de desleitura implicará conseqüências teóricas e clínicas. Posto isso, entende-se que se faz necessário uma (des)leitura crítica dos conceitos psicanalíticos, o que pode ser feito com a interlocução do campo com outros saberes que possam contribuir para a amplificação da escuta.

Concomitante a isso, é cogente assujeitar a psicanálise a um exame crítico para avaliar a coerência de seus conceitos, relações de poder e suas possibilidades a partir da articulação com outros saberes (Garcia-Roza, 1994). É ao encontro disso que pode ser possível propor uma psicanálise que considere os debates contemporâneos, com uma implicação coletiva de operar fora de violências epistêmicas, em especial, no seu trabalho de escuta de corpos subalternizados. Corroborando Lacan (1953/1998), os psicanalistas devem estar à altura da subjetividade de sua época, de modo que deve renunciar à prática psicanalítica aquele que não esteja ao alcance de tais questões.

Outro desafio encontrado, ao pensar em uma prática profissional implicada, refere-se à carência na formação de psicólogos para atuação em casos de sofrimento sociopolíticos, haja vista a falta de ferramentas interseccionais para análise das violências oriundas do racismo, homofobia, transfobia, desigualdade de classe, sexismo, bem como os múltiplos efeitos dessas práticas na saúde mental dessas populações (Missiatto & Monteiro, 2022). Destarte, coloca-se em questão: Quais concepções teóricas têm subsidiado a prática psicológica? Ora, se os profissionais de saúde mental não estão habilitados para uma clínica ampliada, significa dizer que a prática tem sido um espaço de escuta restrita a grupos hegemônicos ou a escuta dessas populações tem sido realizada por meio de intervenções insuficientes às suas demandas.

Diante da complexidade social que perpassa as identidades subalternizadas, é mister um processo formativo que contemple diversas áreas de conhecimento, fornecendo um olhar multidimensional dos sujeitos. Nesse sentido, corroborando o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017), é fundamental um arcabouço teórico formativo que instrumentalize psicólogos e os forme para serem capazes de apreender leituras críticas da realidade social, de modo a contribuir para a prática clínica. Assim, o que deve guiar a escuta analítica é justamente a particularidade dos sujeitos, de modo que se considere quais problemas político-sociais são próprios a seu sofrimento (Braga, 2024).

Nesse sentido, propor um diálogo dos campos de saúde mental, psicologia e psicanálise com a perspectiva interseccional, *queer* e decolonial se faz por visualizar sua potência na instrumentalização de uma escuta clínica refinada. Afinal, considera-se que a perspectiva interseccional é capaz de dar luz a fenômenos até então desconhecidos e estremecer sistemas de opressão (Missiatto & Monteiro, 2022). Sendo assim, uma prática clínica que dialogue com novos saberes permite o acolhimento de demandas de saúde mental de grupos expostos a violências estruturais, possibilitando um espaço de direito e humanização capazes de romper condições de silenciamento.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo empreender encontros e diálogos teóricos com uma prática clínica de saúde mental implicada e perpassada pela interseccionalidade a partir da articulação entre psicanálise e saberes não hegemônicos (decoloniais, *queer*, feministas etc). Para tal, o percurso teórico investigativo, inicialmente, foi compreender algumas críticas feministas, especialmente advindas do feminismo negro, no sentido de conceber as identidades baseando-se em perspectivas multidimensionais, pois a apreensão por categorias isoladas preconizam a ideia de um sujeito universal e não permitem uma visão das particularidades que os diversos eixos de opressão acarretam nas identidades, de modo que se inviabiliza a compreensão das singularidades e os efeitos psíquicos que as desigualdades podem causar.

Em seguida, abordou os diálogos e embates entre psicanálise e saberes decoloniais, *queer* e feministas, buscando localizar possibilidades de enlaces clínico-políticos, a fim de propor uma escuta advertida das populações em sofrimento mental oriundas de contextos socialmente desiguais. Por fim, atentou-se aos desafios no campo da saúde mental para se proporcionar escutas situadas, como a qualificação desses profissionais e a necessidade de um posicionamento psicanalítico que considere os debates contemporâneos, para que, assim, seja possível a escuta de identidades subalternizadas.

Nesse sentido, considerou-se uma clínica de multidões de minorias que possibilitasse escutas acolhedoras e não normativas, por meio de uma prática situada, cuja finalidade é permitir que as multidões em posições subalternizadas possam falar e serem escutadas em suas singularidades. Pretendeu-se, neste artigo, contribuir para as perspectivas de uma prática psicanalítica articulada com saberes não hegemônicos como uma saída para posicionar-se a partir de uma escuta situada sócio-historicamente.

Ressalta-se, ainda, a pertinência da construção de mais estudos que pesquisem diversas outras perspectivas no campo da saúde mental e mantenham o compromisso com a escuta de corpos subalternizados. Este trabalho se limita a estabelecer interlocuções, privilegiando determinados saberes não hegemônicos (decoloniais, *queer* e feministas), não esgotando tais perspectivas e deixando em aberto a relevância de investigações outras que também busquem ampliar a interdisciplinaridade do quadro teórico-clínico do saber psicanalítico em diálogo com outros campos e contextos.

Como visto, a posição de escuta desses profissionais impacta o acolhimento e espaço terapêutico proporcionado, de modo que compreender as problemáticas dos eixos de raça, classe, gênero, entre outros, pode ser muito relevante para que esse espaço não seja violento e segregador. Ainda, entende-se que a perspectiva interseccional, adotada como importante ferramenta de análise, permite compreender os fenômenos no âmbito clínico a partir de um processo situado em seus respectivos contextos sociais, o que auxilia o processo de uma escuta situada ao convocar uma prática que considera as mais diversas singularidades.

No que se refere a uma prática clínica ética, considera-se fundamental que os psicanalistas e psicólogos operem fora do campo das violências. Sendo assim, é crucial que esses profissionais estejam atentos à sua práxis, possibilitando uma atuação para além dos discursos hegemônicos. Portanto, compreende-se que transgredir tais discursos é caminhar para além do *status quo*, criando condições de empreender questionamentos e ultrapassar saberes que podem ofuscar a escuta.

Considerando esses aspectos, conclui-se que construir uma prática clínica implicada politicamente na escuta de sofrimentos que são invisibilizados socialmente consiste em produzir inserção social, descolonizando a escuta e possibilitando a esses sujeitos um resgate de sua história. Trata-se, para além de tudo, de um posicionamento ético-político que dá espaço de ressignificação aos sujeitos por meio da autonarrativa, a partir de uma clínica que abre espaço de escuta para os sofrimentos que advêm da esfera social e participam da construção de subalternidades.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- Almeida, S. L. (2018). Estado e direito: a construção da raça. In Silva, M. L., Farias, M., Ocariz, M. C. & Stiel Neto, A. (Orgs.), *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. (pp. 81-96). São Paulo: Escuta.
- Ambra, P. (2016). A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *Revista Periódicus*, 1(5), 101-120. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179>>.
- Araújo, T. M., Pinho, P. S. & Almeida, M. M. G. (2005). Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 5(3), 337-348. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/6vSkSdfMXfDsWj9q9RFymcd/?lang=pt>>.

- Ayouch, T. (2015). Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 54, 23-32. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://hal.science/hal-01498414/>>.
- Azevedo, L. R., Clemente, F. S. & Clemente, M. S. (2020). Gênero e saúde mental: um olhar sobre as mulheres negras professoras universitárias. *Revista Feminismos*, 8(1), 138-150. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42425>>.
- Benevides, B. G. (2024). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra.
- Bilge, S. & Collins, P. H. (2020). *Interseccionalidade*. Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo.
- Braga, G. (2024). O que ouve um analista normativo? uma discussão sobre a posição política do analista e sua escuta clínica. In Stona, J. (Org.), *Isso não é psicanálise?: tensionamentos em psicanálise e relações de gênero*. (pp. 319-336). Porto Alegre: Ippergr.
- Caffé, M. (2022). Psicanálise e violência social de gênero. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(3), 578-596. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/bqFGzPqPgSfTnfRFzYkjTmw/?lang=pt>>.
- Coelho, D. M. & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 1(1), 90-105. Recuperado em 08/06/2026 em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/235>>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP.
- Corsino, D. L. M. & Cordeiro, S. N. (2023). “E eu não sou uma mulher?: confluências entre a psicanálise e a mulher negra. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1311-1332. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.redalyc.org/journal/4518/451877426009/451877426009.pdf>>.
- Coutinho, A. (2022). O paradoxo da escuta analítica. *Tempo Psicanalítico*, 54(2), 209-228. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/732>>.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lan>>.
- Cunha, E. L. (2022). A multidão das dissidências de gênero e a clínica psicanalítica. *Tempo Psicanalítico*, 54(2), 161-180. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/730>>.
- David, E. C. & Silva, L. A. A. (2018). Territórios racializados: a Rede de Atenção Psicossocial e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. In Silva, M. L., Farias, M., Ocariz, M. C. & Stiel Neto, A. (Orgs.), *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. (pp. 233-248). São Paulo: Escuta.
- Dias, J. & Silva, M. L. (2018). Por uma clínica interventiva contra o racismo. In Silva, M. L., Farias, M., Ocariz, M. C. & Stiel Neto, A. (Orgs.), *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. (pp. 209-218). São Paulo: Escuta.

- Eizirik, C.L. (2006). Psicanálise e pesquisa. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 28(3), 171-172. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/ycVkWkpQZvvXhts3GhXNbvj/>>.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras completas: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. (Vol. 18, pp. 13-354). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Garcia-Roza, L. A. (1994). Pesquisa de tipo teórico. *Psicanálise e universidade (PUC-SP)*, 1(1), 9-32.
- Goldenberg, R. (2018). *Desler Lacan*. São Paulo: Instituto Langage.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Gonzales-1984-Racismo-e-Sexismo-na-Cultura-Brasileira.pdf>>.
- Guedes, M. F., Lago, M. C. S. & Souza, M. (2023). Movimentos feministas e teoria psicanalítica: ressonâncias na prática de psicanalistas mulheres. *Revista Feminismos*, 11(1). Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/47004/29478>>.
- Hooks, B. (2020). *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução: Bhuví Libanio. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kerner, I. & Tavorali, B. (2012). Tudo é interseccional?: sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos estudos CEBRAP*, 31(2), 45-58. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/xpdJwv86XT8KjcpvkQWHKCr/?format=html&lang=pt>>.
- Lacan, J. (1988). A sexualidade nos desfiles do significante. In Lacan, J. *O seminário, livro XI: os quatro conceitos da psicanálise*. (pp. 142-152). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem. In Lacan, J. *Escritos*. (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *Outros Escritos*. (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1967).
- Lauretis, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- Lima, G. A. (2023). Deus, uma travesti negra e indígena: rascunhos de uma epistemologia queer. (Des)troços: revista de pensamento radical, 4(2), e48618. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrococos/article/view/48618>>.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In Hollanda, H. B. (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. (pp. 51-81). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Maciel Júnior, A. (2022). Multidão de minorias: sobre a diferença entre massa, povo, multidão e devir-minoritário. *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, 14(spe), 27-46. Recuperado em 08/06/2026 em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2176-48912022000100005&script=sci_arttext>.
- Martins, T. V., Lima, T. J. S. & Santos, W. S. (2020). O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25,

- 2793-2802. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/rZVyRBJ5p7ytGxYj3GyxPXN/?format=html&lang=pt>>.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- Missiatto, L. A. F. & Missiatto, H. M. (2022). A colonialidade do saber em pós-graduações stricto sensu: a emergência da decolonização das epistemologias do conhecimento. *Realis: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-coloniais*, 12(1). Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/249760>>.
- Missiatto, L. A. F. & Monteiro, J. K. (2022). Revisão integrativa: interseccionalidade negra e LGBTQIA+ na psicologia clínica. *Diaphora*, 11(1), 23-29. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/381>>.
- Munanga, K. (2019). *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Simões Filho: Devires.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
- Oyěwùmí, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. Dakar: Codesria, 2004. p. 1-8. Recuperado em Disponível em 08/06/2026 em: <<https://filosofia-africana.weebly.com>>.
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1509>>.
- Rosa, M. D. (2013). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41-42, 29-40. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf#page=29>>.
- Rosa, M. D. (2022). Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e242179. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/>>.
- Santiago, F. & Faria, A. L. G. (2021). Feminismo negro e pensamento interseccional: contribuições para as pesquisas das culturas infantis. *Educação & Sociedade*, 42, e239933. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/qzyyYKFLrmdBfC3mMpkQvKL/>>.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf>>.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- Truth, S. (2014, 8 de janeiro). E não sou uma mulher? [Discurso]. *Portal Geledés*. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. (Discurso original proferido em 1851).

**Psychoanalysis and non-hegemonic knowledge: clinic of minority
crowds based on situated listening**

Abstract

Due to the importance of a listening and therapeutic space that is not violent or segregating, the aim is to undertake theoretical encounters and dialogues with a clinical practice implicated and permeated by intersectionality based on the articulation between psychoanalysis and non-hegemonic knowledge, such as decolonial, queer and feminist knowledge. To this end, a theoretical proposal was developed that considered the position of the psychoanalyst in his work of listening to socially subordinated identities. It is assumed that a clinical practice in the field of mental health must assume the social markers of gender, race, class, among others, in view of the field's dialogue with the intersectional perspective. In this way, the article contributes to the psychoanalytic field by articulating clinical listening and non-hegemonic knowledge as a proposal to support an ethical-political listening that allows psychoanalysis to situate itself in relation to the social dimensions of psychic suffering. Furthermore, it is concluded that the articulation between psychoanalysis and non-hegemonic knowledge can be a way to position oneself based on situated listening, especially in clinical work with multitudes of minorities, as such articulation can help in the understanding of the respective social contexts that cause psychological suffering.

Keywords: Psychoanalytic listening. Intersectionality. Psychoanalysis. Mental health. Social suffering.

**Psicoanálisis y saberes no hegemónicos: clínica de multitudes
minoritarias basada en la escucha situada**

Resumen

Debido a la importancia de un espacio de escucha y terapéutico que no sea violento ni segregador, se busca realizar encuentros teóricos y diálogos con una práctica clínica implicada y permeada por la interseccionalidad a partir de la articulación entre el psicoanálisis y conocimientos no hegemónicos, como los decoloniales, queer y feministas. Para ello, se desarrolló una propuesta teórica que consideró la posición del psicoanalista en su trabajo de escucha de las identidades socialmente subordinadas. Se asume que una práctica clínica en el campo de la salud mental debe asumir los marcadores sociales de género, raza, clase, entre otros, en vista del diálogo del campo con la perspectiva interseccional. De este modo, el artículo contribuye al campo psicoanalítico al articular la escucha clínica y el conocimiento

no hegemónico como una propuesta para apoyar una escucha ético-política que permita al psicoanálisis situarse en relación con las dimensiones sociales del sufrimiento psíquico. Además, se concluye que la articulación entre psicoanálisis y saberes no hegemónicos puede ser una forma de posicionarse a partir de la escucha situada, especialmente en el trabajo clínico con multitudes de minorías, pues dicha articulación puede ayudar en la comprensión de los respectivos contextos sociales causantes del sufrimiento psicológico.

Palabras clave: Escucha psicoanalítica. Interseccionalidad. Psicoanálisis. Salud mental. Sufrimiento social.

Psychanalyse et savoirs non hégémoniques: clinique des foules minoritaires fondée sur l'écoute située

Résumé

En raison de l'importance d'un espace d'écoute et thérapeutique non violent et ségrégant, l'objectif est d'entreprendre des rencontres théoriques et des dialogues avec une pratique clinique impliquée et traversée par l'intersectionnalité basée sur l'articulation entre la psychanalyse et les savoirs non hégémoniques, tels que les savoirs décoloniaux, queer et féministes. À cette fin, une proposition théorique a été élaborée qui considère la position du psychanalyste dans son travail d'écoute des identités socialement subordonnées. On suppose que la pratique clinique dans le domaine de la santé mentale doit assumer les marqueurs sociaux de genre, de race, de classe, entre autres, compte tenu du dialogue du domaine avec la perspective intersectionnelle. Ainsi, cet article contribue au champ psychanalytique en articulant l'écoute clinique et le savoir non hégémonique comme une proposition visant à soutenir une écoute éthico-politique qui permette à la psychanalyse de se situer par rapport aux dimensions sociales de la souffrance psychique. De plus, il est conclu que l'articulation entre la psychanalyse et les savoirs non hégémoniques peut être un moyen de se positionner sur la base d'une écoute située, en particulier dans le travail clinique avec des multitudes de minorités, car une telle articulation peut aider à comprendre les contextes sociaux respectifs qui provoquent la souffrance psychologique.

Mots-clés: L'écoute psychanalytique. Intersectionnalité. Psychanalyse. Santé mentale. Souffrance sociale.

Recebido em: 14/04/2025

Revisado em: 03/11/2025

Aceito em: 05/11/2025